

Resiliência territorial e climática e a conectividade (significativa?) em comunidades tradicionais

Tema: Diversidade

Proponente: Instituto Nupef – Terceiro Setor - Sudeste

Co-Proponente: CONAQ Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Terceiro Setor - Centro-Oeste

Palestrante: Hemanuel Veras - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Comunidade científica e tecnológica

Minibiografia: Hemanuel Veras é jornalista e pesquisador, se dedica a estudar as infraestruturas de conectividade na Amazônia e suas relações com a comunicação de comunidades da região. Atualmente é doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-Pós/UFRJ). É coordenador do Centro Popular da Comunicação e Audiovisual (CPA) e membro da Rede de Pesquisa em Governança da Internet (REDE), atuando com os temas de inclusão digital, direitos humanos e comunicação comunitária.

Palestrante: Jesaias Arruda - Bemol SA - Empresarial

Minibiografia: Jesaias Arruda é bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Paulista de Manaus e possui 24 anos de experiência em TI e Telecomunicações. Há 18 anos, atua como Head de Infraestrutura de TI nas Lojas Bemol, liderando equipes e projetos estratégicos nas áreas de Internet, Wi-Fi, cloud computing, Inteligência Artificial, transformação digital e inovação tecnológica. Atualmente, é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Internet (ABRANET), conselheiro de empresas e palestrante em eventos nacionais e internacionais, compartilhando insights sobre inovação, tecnologia e transformação digital no varejo. Com vasta experiência no setor de varejo e gestão de empresas familiares, destaca-se por sua capacidade de impulsionar negócios por meio da tecnologia, promovendo soluções estratégicas que agregam valor e competitividade ao mercado.

Palestrante: Ludmila Monteiro - Associação Quilombola de Santiago

Minibiografia: Está no primeiro ano do curso técnico de enfermagem, foi uma das bolsistas do projeto Territórios Resilientes e Conectados, promovido pelo Nupef em parceria com CONAQ e MIQCB e integra a equipe realizadora da websérie e podcast produzidos com parte das atividades do projeto.



Palestrante: Marina Pita - Secom-Presidência da República - Governamental

Minibiografia: Diretora de Promoção da Liberdade de Expressão Secretaria de Políticas Digitais da Secom-PR desde março de 2025, atuando na Secretaria desde 2023. Há dez anos trabalha com políticas públicas e advocacy relacionadas a direitos digitais, telecomunicações, Internet, especialmente em organizações da sociedade civil. Entre os anos 2017 e 2021 integrou o Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST), da Anatel. É mestranda em política científica e tecnológica pela UNICAMP.

Palestrante: Zeilane Fernandes Conceição - Nupef - Terceiro Setor

Minibiografia: Integra a equipe técnica do Nupef, onde assessora projetos de Redes de Tecnologia e Comunitárias, além de atuar em atividades de treinamento. É bacharela em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ, dedica-se ao desenvolvimento de redes comunitárias e à promoção de práticas de segurança digital e proteção online.

Moderador(a): Carolina Magalhães – Nupef – Terceiro Setor

Minibiografia: Assessora de projetos no Nupef, é bacharela em Ciências Sociais pela UFMA e mestre em Cartografia Social da Amazônia pela UEMA. Possui 25 anos de experiência em trabalhos com comunidades tradicionais das quebradeiras de coco babaçu e comunidades quilombolas. Exerceu por 16 anos a função de coordenação técnica do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.

Relator(a): Moacir Brito Maia Neto – Nupef – Terceiro Setor

Minibiografia: Pesquisador e Analista de Suporte de Datacenter com foco em resiliência de infraestruturas e práticas operacionais eficientes. Atua em pesquisa no campo das redes, segurança digital, e soluções tecnológicas inovadoras, incluindo TVWS. Colabora com o fortalecimento da comunicação segura e sustentável em comunidades e organizações sem fins lucrativos.



Estruturação do workshop

Objetivos e resultados (propostos e atingidos)

O workshop "Resiliência territorial e climática e a conectividade (significativa?) em comunidades tradicionais" focou no diálogo sobre políticas públicas para infraestruturas tecnológicas que contribuam para conectividade para comunidades tradicionais. O objetivo central foi fortalecer a resiliência de territórios ameaçados por fatores climáticos e ambientais. O workshop priorizou comunidades quilombolas, indígenas e quebradeiras de coco babaçu nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, utilizando experiências de infraestrutura local e comunitária.

Entre os objetivos específicos, buscou-se identificar meios para fortalecer iniciativas e políticas públicas que promovam o acesso universal e seguro à internet para populações excluídas. O workshop ressaltou a importância de desenvolver tecnologias "com" o território, não "para" ele, e a relação entre conectividade, resiliência digital, justiça ambiental e justiça climática.

Os resultados esperados incluem a formulação de princípios orientadores para políticas públicas de conectividade, infraestrutura e formação para povos e comunidades tradicionais. Almeja-se criar uma agenda positiva multissetorial que respeite a diversidade cultural e as formas de vida comunitária, distintas das urbanas. Espera-se também sensibilizar jovens envolvidos com resiliência digital e justiça climática para desenvolver soluções enraizadas nos territórios, beneficiando comunidades com acesso precário a médio e longo prazo.



Justificativa em relação à governança da Internet

A relevância do workshop para a governança da internet é multifacetada. É crucial garantir que comunidades vulneráveis, como quilombolas e outras sob ameaças territoriais e climáticas, tenham acesso contínuo à internet e controle sobre suas infraestruturas digitais. Políticas que assegurem um ambiente digital acessível, seguro e inclusivo são fundamentais.

A inclusão digital é vital para comunidades marginalizadas, como quilombolas e indígenas, pois promove o acesso universal à Internet e garante sua participação plena na sociedade digital, fortalecendo sua autonomia tecnológica. Redes comunitárias oferecem uma infraestrutura descentralizada, permitindo que essas comunidades gerenciem seus serviços e conteúdos locais. A resiliência digital é crucial em territórios vulneráveis para que as comunidades possam enfrentar crises (ex: desastres naturais) com suporte de tecnologias de comunicação, mantendo a continuidade e segurança dos serviços de internet.

Combater as desigualdades no acesso digital contribui diretamente para a preservação da vida e do meio ambiente, pois essas populações frequentemente se dedicam à preservação de biomas e territórios essenciais. A governança da internet deve proteger direitos humanos como privacidade e acesso à informação. Iniciativas como as Redes Comunitárias fortalecem a autonomia dessas comunidades, concedendo-lhes maior controle sobre suas tecnologias, além de se constituírem uma forma de aprender e dominar conceitos técnicos que soam complexos e abstratos quando ensinados apenas em teoria. Discutir o papel das infraestruturas digitais na resiliência dessas comunidades é, portanto, essencial para uma governança da internet mais inclusiva e justa.

Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante a atividade

O workshop reuniu participantes com saberes e perspectivas diversas, mas com o objetivo comum de fortalecer a resiliência de defensores de direitos humanos e ambientais nos territórios através da tecnologia e da comunicação. A atividade promoveu a diversidade racial e regional, incluindo habitantes de áreas urbanas e rurais, e estimulou um diálogo intergeracional. Essa abordagem visou questionar a lógica de soluções padronizadas ("one size fits all") para a conectividade.

Para a metodologia multissetorial, os palestrantes de cada setor enviaram previamente resumos de suas preocupações sobre infraestrutura e conectividade. Realizamos reuniões prévias com os palestrantes, que serviu de base para as perguntas, mas eles não enviaram textos. Isso serviu de base para perguntas orientadoras que fomentaram o diálogo durante o workshop. O objetivo foi alcançar princípios orientadores consensuais para políticas públicas de conectividade, acesso e infraestrutura, registrando também os dissensos.

O engajamento da audiência presencial e remota foi realizado através da divulgação em sites e redes dos proponentes e co-proponentes. Jovens de projetos de formação no Maranhão e Piauí foram convidados. Foi oferecida a opção de envio anôni-



mo de perguntas, e perguntas orientadoras foram debatidas pelos palestrantes ou pelo público. Recursos audiovisuais foram utilizados para facilitar a compreensão.

Entre os palestrantes havia profissionais diretamente envolvidos na implementação de Redes Comunitárias em territórios vulneráveis, como um profissional de tecnologia e uma jovem quilombola, enriquecendo a discussão sobre estratégias de comunicação e conectividade para a resiliência digital e justiça social.



TIPO DE MANIFESTAÇÃO	CONTEÚDO	CONSENSO OU DISSENSO	PONTOS A APROFUNDAR
Posicionamento	Conectividade significativa é multidimensional, incluindo acessibilidade financeira, acesso a equipamentos, qualidade da conexão e ambiente de uso. Dados mostram grande desigualdade regional, especialmente na Amazônia Legal, Roraima e Pará.	Consenso	Estratégias para superar a precariedade de acesso em regiões como a Amazônia, especialmente em comunidades vulneráveis.
Posicionamento	Acesso à internet de qualidade é fundamental para cidadania, acesso a direitos, serviços públicos e participação social, principalmente em contextos urbanos e rurais vulneráveis.	Consenso	Mecanismos para garantir acesso universal e equitativo, considerando especificidades locais.
Posicionamento	Resiliência territorial está ligada ao acesso à informação e à produção de notícias locais, dificultada pela baixa conectividade e pela presença de monopólios tecnológicos.	Consenso	Como fortalecer a produção de conteúdo local e enfrentar monopólios digitais.
Proposta	Soluções de conectividade devem ser construídas a partir das necessidades dos próprios territórios, valorizando iniciativas e coletivos locais, como a coalizão tecnopolítica panamazônica.	Consenso	Formas de potencializar iniciativas locais e garantir participação efetiva dos atores dos territórios.
Posicionamento	Não basta garantir o acesso físico à internet; é preciso promover produção de conteúdo local relevante, visando emancipação, cidadania e enfrentamento de conteúdos nocivos.	Consenso	Estratégias para sustentabilidade financeira do jornalismo local e comunicação comunitária.
Proposta	Governo deve criar políticas públicas assimétricas, adaptadas às realidades regionais, para democratizar acesso a recursos e publicidade oficial, promovendo a produção de conteúdo local.	Consenso	Detalhamento e implementação prática das políticas públicas assimétricas nos diferentes territórios.



Assunto a aprofundar	Lançamento de incubadora de soluções para o jornalismo, com verba de R\$ 15 milhões, para fortalecer o ecossistema de comunicação local e enfrentar conteúdos nocivos.	Consenso	Avaliação dos resultados dos pilotos e expansão das soluções para outras regiões e contextos.
Posicionamento	Crítica à dependência de modelos de conectividade impostos externamente e à prevalência de monopólios digitais, que podem não atender às necessidades locais.	Dissenso implícito	Debater modelos de financiamento, regulação e protagonismo local versus grandes empresas de tecnologia.
Proposta	Revisão de normas para permitir que veículos de comunicação locais acessem recursos e publicidade oficial, com exigências proporcionais à sua realidade.	Consenso	Monitoramento da efetividade dessas mudanças e ampliação do acesso para pequenos veículos e iniciativas comunitárias.
Posicionamento	Estado deve não só evitar censura, mas também promover ativamente a produção de conteúdo local e o acesso a direitos digitais.	Consenso	Mecanismos para garantir a promoção ativa e sustentável da produção de conteúdo local.

